

# Processo avaliativo do aluno surdo

## Avaliação educacional

Joselane R. V. Siqueira\*

### Concepção

Avaliar consiste em apreciar, determinar o merecimento. A avaliação educacional é a apreciação e/ou análise de um processo educativo, no decorrer de um programa instrucional. Quando tem por objetivo **aperfeiçoá-lo**, a avaliação é **formativa**. Quando, porém, constitui o processo de avaliação final, visando **julgá-lo**, denomina-se **somativa**.

Segundo Sacristán e Gómez (1998), *apud* Barreira (1999:27).

“Avaliar se refere a qualquer processo por meio do qual alguma ou várias características de um(a) aluno(a), de um grupo de estudantes, de um ambiente educativo, de objetivos educativos, de materiais, professores(as), programas etc., recebem a atenção de quem avalia, e analisam-se e valorizam-se suas características e condições em função de alguns critérios ou pontos de referência para emitir um julgamento que seja relevante para a educação.”

### Função/Finalidade

A avaliação é um trabalho de tomada de consciência, de apreciação. Fundamenta-se nos processos de aprendizagem em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais. Certamente, são atividades significativas e funcionais que se aplicam a contextos variados e se atualizam sempre que preciso, para que se continue a aprender. Na escola, o papel da avaliação é orientar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem para o professor e para o aluno.

Realmente, conceituar ou classificar o educando não representa um instrumento de avaliação, pois não esclarece as dificuldades de aprendizado que o aluno apresenta, nem lhe proporciona novas oportunidades na constituição de saberes e conhecimentos.

Na avaliação tradicional, os instrumentos utilizados (testes, provas e outros) servem, apenas, para classificar sem nada acrescentar para o aperfeiçoamento do processo de aprendizagem. Sabe-se, por exemplo, que o aluno não aprendeu algo, mas não se sabe por quê, tampouco, se desenvolvem processos, para que ele venha a aprender. Por isso, é preciso primeiramente repensar a avaliação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) determina que o desempenho do aluno deva ser avaliado de forma contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assim como dos resultados ao longo do período letivo sobre os de possíveis exames finais.

---

\*Profª Joselane Rosa V. Siqueira, pedagoga (UERJ), licenciada em Letras (UFRJ), especialista em Língua Portuguesa (UFRJ), é professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação e coordenadora do Projeto Vestibular do INES (RJ), professora do Ens. Fund. na SME (RJ).

Cabe à escola, face à autonomia que a Lei lhe oferece, ressignificar as formas e procedimentos a serem utilizados na avaliação de aprendizagem dos alunos. É preciso, porém, que haja parceria entre os educadores, especialistas, direção, enfim, de todos os envolvidos no processo, tendo em vista os objetivos de sua proposta pedagógica, bem como as suas características e a de seus alunos – no caso, os surdos –, para que se promova uma aprendizagem de qualidade. Este deve ser o principal objetivo de qualquer processo de avaliação da aprendizagem.

## Critérios/Instrumentos

“Avaliar para promover – uma postura reflexiva do aluno e do professor” (jussara hoffman)

Atualmente, inúmeros são os métodos e técnicas que se encontram à disposição dos avaliadores para o desempenho de suas funções (provas, trabalhos individuais e em grupo, observação de cada aluno, auto-avaliação, entre outros). Isso explica por que um grande número de estudiosos e usuários da avaliação valoriza o ecletismo, trabalhando com diferentes técnicas e estratégias avaliativas que variam em suas aplicações, em função da situação e dos objetivos a que se propõem; todos relevantes, se utilizados de forma integrada.

No desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, para que o aluno alcance seu crescimento pessoal, questão última de todo processo educativo, o professor deve utilizar os diferentes métodos e técnicas de avaliação que se encontram à sua disposição. **O mais importante, porém, principalmente quando se trata do aluno surdo, é a atenção do professor às situações em que a aprendizagem se desenvolve; o educador deve observar se está atendendo ou não às necessidades de cada aluno.**

Ao professor cabe observar as dificuldades que os alunos apresentam e procurar ajudá-los a superá-las, incentivando-os, elogiando seus trabalhos, estimulando-os a buscar o conhecimento de forma prazerosa e, ainda, traçando novas estratégias que possam despertar no educando o seu interesse para a aprendizagem.

“Incentivar, animar e potencializar a auto-estima do aluno, estimulando-o a aprender cada dia mais. E isto não significa que devemos esconder o que cada um é capaz de fazer, já que um dos objetivos do ensino é que cada menino e menina consiga conhecer profundamente suas possibilidades e suas limitações” (ZABALA, 1999).

É preciso que o professor reflita sobre a sua prática pedagógica “o que fazer?”, “como fazer?”, e “quando?” e, certamente, pense em seu papel de educador e no que espera alcançar de seus alunos com as atividades de avaliação. Em contrapartida, os alunos devem ser levados a refletir sobre o que aprendem e como aprendem, além de tomar consciência sobre a qualidade de suas respostas e estratégias utilizadas na aprendizagem.

Além disso, concebe-se que numa ação pedagógica centrada no diálogo entre professor – aluno, aluno – aluno, aluno – intérprete, professor – intérprete, teoria – prática; o conhecimento construído e adquirido ocorre por meio da negociação em que as avaliações constituem um processo interativo em que se busca o consenso entre pessoas de valores diferentes, respeitando-se, porém, as dissensões. “A informação acerca dos resultados obtidos com os alunos devem levar a um replanejamento dos

objetivos e conteúdos, das atividades didáticas, dos materiais utilizados e das variáveis envolvidas em sala de aula.”

Segundo Jussara Hoffmann (1991:17).

“avaliar é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizado, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas”

Numa atividade de produção de texto, por exemplo, ao avaliar a L2 – Língua Portuguesa escrita - constata-se que o aluno surdo, em sua maioria, apresenta estrutura organizacional de texto distinta da expressa pelo ouvinte, em função de sua língua materna L1 – LIBRAS – que tem uma organização semelhante à língua oral, estruturando-se da mesma maneira que as línguas faladas. O professor/avaliador precisa ter a sensibilidade e o conhecimento de perceber se a informação contida no texto, escrito pelo surdo, está coerente e adequada ao tema, mesmo que a estrutura frasal não corresponda à norma padrão da Língua Portuguesa.

Os trabalhos de elaboração de texto, primeiramente, ocorrem por meio da negociação; é uma atividade coletiva, em que as informações acerca do assunto partem dos alunos, e, com a ajuda do professor, as idéias vão se articulando, na disposição de frases, orações, períodos, com vistas à construção do parágrafo e, por extensão, dos parágrafos na produção do texto.

É preciso, também, estar atento à seqüência lógica dos fatos – coerência textual –, assim como, valorizar o aspecto semântico da língua, a conexão estabelecida pelos elementos marcadores do texto, já que respondem pelo elo entre as idéias construídas ou pela coesão textual. O mais importante, porém, é que, juntos, professor e aluno podem negociar a informação, construir e adquirir o conhecimento. E, dessa forma, o professor pode perceber os desvios e avanços obtidos quanto aos objetivos, procedimentos e metodologia empregados no processo de aprendizagem.

“O processo de avaliação numa perspectiva da negociação, que se organiza a partir de um paradigma construtivista, deve ter início pela identificação dos interessados e de suas preocupações, as quais são tornadas conhecidas de uns e outros. À medida que estas interações ocorrem, muitas das preocupações são resolvidas no próprio processo; outras são conduzidas até os procedimento de busca de informações mais completas e aprofundadas, até se chegar ao que pode ser consensual e identificar o que ainda é dissenso e para onde ir, enquanto o ciclo prossegue” (PENNA FIRME, 1994:34).

A seguir, apresenta-se o quadro demonstrativo com os critérios utilizados na avaliação de produção textual – Língua Portuguesa escrita (L2) –, e, em seguida, uma amostragem de redação do aluno surdo. As redações a seguir foram realizadas, individualmente, por ex-alunos do pré-vestibular do INES e que já estão na faculdade.

## Critérios para avaliação de textos (Redação)

Competências	I	II	III	V	IV
	<b>Domínio da norma padrão da língua escrita</b>	<b>Adequação ao tema e à estrutura do texto dissertativo-argumentativo</b>	<b>Coerência (seqüência textual lógica)</b>	<b>Coesão (adequação no uso de recursos lexicais e no emprego de conectivos)</b>	<b>Solução para o problema abordado</b>
<b>1</b>	Bom domínio da norma padrão (propriedade vocabular, concordância, ortografia, acentuação gráfica, colocação pronominal, pontuação adequada).	Bom domínio da estrutura de um texto dissertativo-argumentativo (introdução, desenvolvimento e conclusão). Desenvolve muito bem o tema, apresentando um projeto de texto.	Relaciona muito bem as informações, fatos, opiniões e argumentos selecionados, interpretados e organizados ao projeto de texto.	Articula muito bem os recursos lexicais (sinônimos, hiperônimos, repetição, reiteração etc) e emprega muito bem conectores intervocabulares, interparágrafos, tempos verbais, pontuação, seqüência temporal, relações anafóricas etc.	Apresenta proposta de intervenção <u> muito bem </u> relacionada e articulada ao tema e à discussão desenvolvida no texto.
<b>2</b>	Conhecimento razoável da norma padrão (alguns desvios gramaticais ou transgressões das convenções da escrita), alguma transposição da oralidade para a escrita.	Aborda parcial e/ou superficialmente o tema, mas tem dificuldade na manutenção e progressão temática. Domina razoavelmente o texto dissertativo-argumentativo.	Apresenta idéias, fatos e opiniões razoavelmente desenvolvidos e relacionados ao projeto de texto. Reproduz elementos fornecidos pela proposta de redação.	Articulação razoável das partes do texto, mas comprometida em função do uso inadequado dos recursos coesivos.	Apresenta proposta de intervenção razoavelmente relacionada e articulada ao tema e à discussão desenvolvida no texto.
<b>3</b>	Conhecimento precário da norma padrão (graves desvios gramaticais e transgressões das convenções da escrita). Utilização recorrente de recursos da oralidade.	Aborda tangencialmente o tema em um texto dissertativo-argumentativo; sem haver fuga total ao tema proposto.	Apresenta idéias, fatos e opiniões precariamente relacionados ao tema, com prejuízo do entendimento textual	Articulação precária das partes do texto (comprometimento da coesão interna dos parágrafos e desarticulação entre as partes do texto).	Apresenta proposta de intervenção precariamente relacionada ao tema.

## Redação 1

### As sociedades designais

No mundo maravilhoso onde há rios como laís, lindas praças, inúmeras montanhas, as florestas existem sociedades diversas e designais sociedades vivem no mesmo lugar onde há rios separados pela natureza da própria renda

O que se vê, é a desigualdade existente pobres O pobre, ou seja, a classe baixa, e tem média, fazem o trabalho para aquelas patrões de natureza ficam com a maior renda ou tem mais coisas, lindos apartamentos e renda fixa aquela que fazemos a base de tudo isso ficam pequenas vantagens e quase nada porque as pouco a não consegue viver bem.

A desigualdade é um problema sério do mundo a não ser que contribua que sejam mais com a desigualdade, os países seria bom se fossem assim, e acho

## Redação 2

### Que país é este?

O nosso país tem muitas riquezas, e a criação da população. E ninguém se não tem iguais condições e alguns dizem quem sabe, essa por enquanto, os países do norte estrangeiros e os países do sul os serviços e quem um dia irá dizer que o país fosse visto como a mais importante, que houve um país que deve valor aqueles que se lutam e esforços, para conseguir um país aqueles que se manifestam humanos, há na terra: plantam, cultivam, cuidam, etc. E ainda certamente a não para se desenvolver. Quando outro lado tem um empreendimento econômico e humano para uma mulher que encontrar a natureza e ela só por um país, enquanto lá um pobre pedindo ajuda.

Não, contudo não detalhe. Alguns dizem que

### Redação 3

#### menino pobre e menino

Nasceu um menino pobre e outro lado nasce um menino rico. o menino pobre começou crescer e também foi a escola pública, para conhecer a vida de social. ele também brincou os amigos, mas não tem gramado, era só terra dura cheio de bicho. E outro lado de família rico, Botou o filho nas escola particular e ~~to~~ caro, lá tem piscina, futebol com gramado, quadra de esporte e até microinformática. e os rico só aproveitando muita as coisa conhecendo melhor tecnologia. e quanto os pobre que está nível Bairo, quase não aprendendo ~~o~~ nada. para desigualdade, os dois ser uniu para trocar os amigos conhecer a melhor que está acontecendo que os ricos conhecer mas do que os pobre, ele buscar para conhecer tu mas inteligente. Os dois já sei conheciam e chamaram para brincar no campos de gramado. eles gostaram sei amigos para sempre!

Boa sorte ! ??

### Avaliação – uma ação mediadora

#### A avaliação mediadora fundamenta-se em princípios avaliativos, a saber:

**AVALIAÇÃO A SERVIÇO DA AÇÃO** – toda investigação sobre a aprendizagem do aluno é feita com a preocupação de agir e de melhorar a sua situação. Prevê a melhoria da aprendizagem.

**AVALIAÇÃO COMO PROJETO DE FUTURO** – os professores aproveitam o tempo em que estão reunidos para discutir o que vem acontecendo com seus alunos e, no restante do tempo, encaminham propostas pedagógicas para auxiliar os alunos em suas necessidades. O professor interpreta o instrumento de avaliação (prova, teste, e outros) não para saber o que o aluno não sabe, mas para pensar em quais estratégias ele poderá desenvolver para atender esse aluno. Ele pensa de que forma poderá agir com o grupo, ou com um aluno, para resolver essas questões e dar continuidade ao seu planejamento, a fim de que os alunos sejam mais coerentes, mais precisos e tenham maior riqueza de idéias.

**PRINCÍPIO ÉTICO** – a avaliação, muito mais do que o conhecimento de um aluno, é o reconhecimento desse aluno. Cada aluno é importante em suas necessidades, em sua vivência, em seu conhecimento. Não basta um professor obter uma aprendizagem satisfatória com 70% dos alunos, se os 30% restantes deixarem de ser atendidos.

Para finalizar, pode-se dizer que o sistema de **avaliação do aluno surdo**, desde a alfabetização até a faculdade, deve ser realizado de **forma continuada**, em que o aluno possa expressar os seus conhecimentos a respeito de um estudo ou noção, observados pelo professor e **mediadora** a partir de atividades interativas, nas quais o conhecimento é construído na relação consigo, com os outros e com o objeto do conhecimento, através de formas diferenciadas de registros.

## Referências Bibliográficas.

- BARREIRA, S.. **Planejar, Avaliar e Documentar**: competências profissionais do professor reflexivo e autônomo. Dois Pontos: informativo de férias do Centro de Estudos da Escola da Vila, São Paulo, Ano I, n.º 2, p. 6, julho de 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Ensino de Procedimentos e as Estratégias Didáticas** – avaliação escolar. São Paulo: Centro de Estudos da Escola da Vila, 1999.
- BRASIL. **Lei 9.394, de 20 dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto / SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. 3 vol , Brasília, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais 5ª a 8ª séries**. 10 vol., Brasília, 1998.
- COLL, C. *et al.* **O Construtivismo na Sala de Aula**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Os conteúdos na reforma** – ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1998.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CEB/CNE de 1º de junho de 1998**. Documento que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Relatora Guiomar Namó de Mello, junho de 1998.
- BRITO, L. F. Adaptação do vestibular às necessidades atuais do surdo. In: **Revista Integração**. MEC/SEESP, ANO 7.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GADIN, D. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 1991.
- HOFFMANN, J. **Avaliação: mito & desafio – uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Educação & Realidade Revistas e Livros, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade Revistas e Livros, 1994.
- PENNA FIRME, T. **Avaliação: tendências e tendenciosidades**. Revista Ensaios: Avaliação e Políticas Públicas Educacionais, Rio de Janeiro, v. 1, pp. 5-12, janeiro./março de 1994.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1999.

VELLOSO, J. P. dosR.; ALBUQUERQUE, R. C. (coord.). **Um Modelo para a Educação no Século XXI**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

VIANNA, I. O. de A. **Planejamento Participativo na Escola: um desafio ao educador**. São Paulo: EPU, 1986.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e Linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

REVISTA ESPAÇO. **Por uma proposta de educação bilíngüe**. Ano 2, (2) INES, pp. 75-94.

SASSAKI, R. K.. **Inclusão: a universidade e as pessoas com deficiências**. 2001.

YUS, R. **Temas transversais: uma busca de uma nova escola**. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1998.

ZABALA, A. **Os enfoques didáticos: necessidades de instrumentos para análise da prática**. In: César Coll *et al.* O construtivismo na sala de aula. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1999.